

A experiência recente dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local no Sul do Brasil: Desafios e Possibilidades

Flávio Sacco dos Anjos

CPF: 429783600-97

Universidade Federal de Pelotas

Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel

Departamento de Ciências Sociais Agrárias

Endereço p/correspondência: Rua General Argolo nº 1418, apto 201

CEP: 96015-160 - Pelotas, RS.

flaviosa@ufpel.tche.br

Nádia Velleda Caldas

CPF: 291740580-53

Universidade Federal de Pelotas

Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel

Departamento de Ciências Sociais Agrárias

Endereço p/correspondência: Rua Barão de Sta. Tecla nº 1275, apto 21

CEP: 96010-140 - Pelotas, RS.

nvcaldas@ufpel.tche.br

Vitor Athayde do Couto Filho

CPF: 543942365-68

Doutorando em Administração pela Universidade Federal da Bahia

Consultor da FAO

Endereço p/correspondência: rua dos Vereadores, 42, condomínio Vivendas do Atlântico,
casa 70

CEP: 42700-000 - Lauro de Freitas, BA

Email vitoracf@uol.com.br

Arno Paulo Schmitz

CPF: 566224659-91

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Curso de Ciências Econômicas

Endereço p/correspondência: Rua Ponta Grossa, 251

CEP: 85605-110 - Francisco Beltrão, PR

arno.schmitz@terra.com.br

Grupo de Pesquisa nº 9

**Área temática: Reforma Agrária e Políticas de Redução da Pobreza
Apresentação em sessão com debatedor**

A experiência recente dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local no Sul do Brasil: Desafios e Possibilidades

Resumo

Trata-se de um trabalho que aborda a experiência recente dos Consórcios de Desenvolvimento Local e Segurança Alimentar (CONSADs) implantados na Região Sul do Brasil, à luz de pesquisa desenvolvida sob os auspícios de convênio firmado entre a FAO ONU e o governo brasileiro, representado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS). A pesquisa compreendeu a montagem de uma metodologia de referência destinada a identificar, caracterizar e classificar, em ordem de prioridade para o Programa Fome Zero, projetos intermunicipais de desenvolvimento (PIDs) no contexto dos CONSADs instalados nos estados do Sul. O estudo converge no entendimento de que o CONSAD consiste em uma nova institucionalidade capaz de induzir a proposição de instrumentos para combater a fome e a insegurança alimentar.

Entretantes, com base nos dados da pesquisa, há importantes obstáculos a suplantar, entre os quais, o próprio desenho institucional e o recorte geográfico do CONSAD, assim como o “*viés agrarista*” dos projetos de desenvolvimento, o excessivo protagonismo dos poderes públicos e as incompreensões em torno ao conceito de segurança alimentar por parte dos atores sociais envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança alimentar, Desenvolvimento local, Desenvolvimento territorial.

A experiência recente dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local no Sul do Brasil: Desafios e Possibilidades

1. INTRODUÇÃO

Há exatos quarenta anos surgia um dos mais importantes estudos etnográficos brasileiros: “*Os parceiros do Rio Bonito*”. Nesta obra seminal sobre o tema da segurança alimentar, Antonio Cândido, propõe uma “sociologia dos meios de subsistência” de forma a contemplar a complexidade dos fenômenos envolvidos. Em resumidas contas, é destacado o fato das necessidades alimentares terem um duplo caráter: natural e social, mais além de representarem simples impulsos orgânicos (CÂNDIDO, 1987, p.23). O ato de alimentar-se, como resumiu este autor, torna-se o centro de um dos mais vastos complexos culturais, “*abrangendo atos, normas, símbolos, representações*”¹.

Desconhecer ou minimizar a dimensão destes atributos torna inconsistente toda e qualquer discussão relativa ao tema da segurança alimentar, tanto do ponto de vista estritamente acadêmico quanto na perspectiva das políticas públicas. No caso brasileiro, como é sabido, há uma importante renovação no debate na medida em que o combate à fome e à insegurança alimentar converte-se em bandeira política e objeto do processo de intervenção estatal.

É justamente no contexto desse processo que o governo federal promove a implantação dos “Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local” (doravante referidos como CONSADs) em vários pontos do território nacional. Trata-se de uma nova institucionalidade que congrega em torno de si agentes públicos e privados, orientados à elaboração de programas de desenvolvimento local, combate à fome e à insegurança alimentar.

O estudo ora trazido a público é resultante de uma pesquisa mais ampla, conduzida sob os auspícios de um acordo de cooperação técnica firmado entre a FAO e o governo brasileiro, inicialmente representado pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), atualmente Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A investigação, sinteticamente denominada de TCP FAO/BRA/2905, desencadeou-se junto aos nove (9) recém-instalados CONSADs das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, respectivamente realizada por pesquisadores vinculados às Universidades Federais de Pelotas, Lavras e Uberlândia. No marco dessa pesquisa, constavam dois objetivos fundamentais:

- 1) A montagem de uma metodologia de referência que identifique, caracterize e classifique, em ordem de prioridade para o Programa Fome Zero, projetos intermunicipais de desenvolvimento (PIDs), no contexto dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSADs;
- 2) A testagem da metodologia de avaliação, colocando-a em prática nas áreas de atuação correspondentes aos nove CONSADs, com vistas ao esforço de replicação junto às regiões do norte e nordeste brasileiro.

Na Região Sul do Brasil o estudo envolveu os CONSADs de Missões, Campos de Lages e Pitanga, respectivamente instalados nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Além desta introdução, reunimos, na secção subsequente, uma breve resenha da metodologia utilizada, assim como uma rápida descrição das características fundamentais dos territórios aqui enfocados. A terceira secção é dedicada à apresentação dos resultados do trabalho, com ênfase na discussão sobre a natureza dos projetos locais e projetos intermunicipais de desenvolvimento identificados (doravante chamados de PIDs) neste estudo. Trata-se, como

¹ Op.cit., p.29.

oportunamente veremos, de examinar seu alcance e objetivos à luz da metodologia proposta no marco do TCP FAO/BRA/2905.

A quarta secção apresenta algumas das dificuldades a serem transpostas na consolidação dos CONSADs enquanto espaço privilegiado de discussão sobre instrumentos de combate à fome e à insegurança alimentar. Apresentaremos alguns dos dilemas com que nos deparamos no contato com a realidade concreta e com os atores sociais envolvidos. A quinta e última secção reúne as considerações finais dessa pesquisa.

2. A METODOLOGIA E O UNIVERSO EMPÍRICO DA PESQUISA

2.1 Metodologia e instrumentos de pesquisa

No Sul do Brasil o trabalho desenvolveu-se entre janeiro e agosto de 2004 envolvendo fundamentalmente o uso de metodologias qualitativas, tais como entrevistas, observação participante em reuniões e eventos locais, regionais, bem como o levantamento de informações que permitissem conhecer os processos no âmbito dos CONSADs. Inclui-se aí a análise de documentos disponibilizados pelas prefeituras municipais, extensionistas rurais, igreja, organizações não-governamentais e agências de desenvolvimento públicas e privadas. Não menos importante foi o cotejo com os dados secundários, sobretudo com as fontes censitárias.

Uma equipe de 15 pesquisadores realizou 267 entrevistas que tiveram como interlocutores um conjunto extremamente diversificado de atores sociais da esfera pública e privada, vinculados a organizações e a processos de intervenção cujo enfoque varia segundo a natureza dos objetivos perseguidos e as circunstâncias. Esse quadro exigiu uma dedicação ainda maior no controle das informações e na adequação dos instrumentos de avaliação dos projetos, os quais foram agrupados em três grandes categorias:

1) projetos intermunicipais de desenvolvimento consolidados:

Iniciativas orientadas ao combate à fome, à insegurança alimentar e ao desenvolvimento, incidindo ao menos sobre dois municípios do CONSAD. Trata-se de projetos que já se encontravam em funcionamento por ocasião do levantamento.

2) projetos intermunicipais em fase de estruturação:

Projetos que perseguem os mesmos objetivos mas que não haviam sido implantados por ocasião da pesquisa. Em sua grande maioria constam do cardápio de projetos elaborados ou em fase de elaboração pelo próprio CONSAD;

3) projetos locais de desenvolvimento:

Consistem em projetos que incidem estritamente no plano local, ainda que comprometidos com os mesmos princípios e objetivos dos projetos anteriores.

Na metodologia de avaliação construída pelo TCP FAO/BRA/2905 foram propostos sete (7) critérios de avaliação dos projetos.

a) o pacto político: avaliou-se a natureza das alianças construídas em torno ao projeto, do ponto de vista das relações e dos papéis atribuídos aos atores sociais envolvidos, públicos e/ou privados;

b) a abrangência do projeto: avaliou-se a incidência em termos do número de municípios envolvidos;

- c) os impactos sobre a segurança alimentar: avaliou-se o número de pessoas efetivamente atendidas em relação à população de indigentes existente nos municípios em que o mesmo projeto incide;
- d) os impactos sobre pessoas em risco de insegurança alimentar: avaliou-se o número de pessoas efetivamente atendidas em relação ao total de pessoas pobres nos municípios em que o projeto incide;
- e) viabilidade institucional: compreende a análise sobre as perspectivas futuras do projeto;
- f) sustentabilidade financeira: como o próprio nome indica, tal quesito compreende a análise sobre a solidez dos mecanismos de sustentação financeira do projeto;
- g) riscos do projeto: o exame recai sobre a existência de possíveis riscos do ponto de vista ambiental ou de qualquer outra natureza.

Para cada um dos quesitos foi atribuído um valor correspondente a uma escala que vai do 0 (zero) ao 5. Conseqüentemente, o valor máximo que um projeto poderia receber seria 35 pontos no total. À exceção dos itens b, c, d, todos os demais critérios apresentam um alto grau de subjetividade na avaliação. Outrossim, como ficou demonstrado, o cruzamento de informações e a realização de entrevistas com diversos atores sociais permitiu checar a confiabilidade dos dados que embasaram os conceitos atribuídos.

Há outro aspecto que deve ser esclarecido. O foco da pesquisa recai essencialmente sobre os projetos intermunicipais de desenvolvimento. Entretanto, julgou-se oportuno o levantamento e análise das experiências locais de desenvolvimento na medida em que muitas delas mostravam-se extremamente meritórias e passíveis de serem replicadas ou ampliadas a outros municípios, convertendo-se, em efeito, num projeto intermunicipal. Todavia, para manter a coerência e equilíbrio dos critérios de avaliação, optou-se por atribuir nota zero (0) no quesito abrangência do projeto.

No caso dos PIDs em fase de estruturação a análise baseou-se em cima de projeções sobre a natureza e incidência do projeto que foi concebido no âmbito do CONSAD em que pese o fato de não haver sido implementado. Antes de entrar na discussão propriamente dita sobre os projetos e a avaliação correspondente, convém abordar rapidamente as características dos territórios correspondentes aos três CONSADs.

2.2 O Universo empírico: os CONSADs de Missões, Campos de Lages e Pitanga

É impossível retratar, ainda que resumidamente, a diversidade econômica, social, política e ambiental que abrigam os territórios correspondentes aos CONSADs na Região Sul do Brasil. O elemento que os unifica reside, indubitavelmente, na existência de grandes contrastes em termos das condições sociais de existência das populações e do distinto grau de desenvolvimento em que as localidades encontram-se, quando confrontadas entre si e no âmbito dos próprios CONSADs investigados.

Os dados da Tab. 1 mostram que o CONSAD Missões reúne o maior número de municípios (25) dentre todos os CONSADs estudados da Região Sul do Brasil. A mesma fonte indica que os três CONSADs sulistas somam juntos um universo de 741.375 pessoas, considerando que desse total, 36,1% corresponde a Missões, 38,2% a Campos de Lages e 25,7% a Pitanga. Essas mesmas proporções não se verificam, entretanto, no que afeta à distribuição dos pobres e indigentes. Pitanga concentra nada menos que 40,1% do total de pobres, enquanto Campos de Lages e Missões ficam com respectivamente 28,6% e 31,3% desse contingente. Com relação aos indigentes, a participação de Pitanga é ainda maior (42,3%), enquanto no CONSAD Campos de Lages e Missões ela é de respectivamente 25,2% e 32,5%.

Apesar destas diferenças, que aparecem refletidas nas grandes discrepâncias em termos dos índices de desenvolvimento humano e econômico, os três CONSADs apresentam como

elemento recorrente o fato de serem regiões invariavelmente acometidas pelo êxodo rural, além de outros fenômenos demográficos igualmente importantes, como é o caso da masculinização e envelhecimento, detectadas em outros estudos que se debruçaram sobre a mesma realidade (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1997; SACCO DOS ANJOS, 2003; SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2004 e 2004a).

Tabela 1 - Número de municípios, de habitantes e área em km² dos CONSADs do Sul do Brasil.

Variável	RS	SC	PR	Total
Número de municípios	25	18	18	61
Número de habitantes	267.536	283.005	190.834	741.375
Número de Pobres	85.694	78.315	109.513	273.522
Indigentes	38.337	29.814	49.952	118.103
Área em Km ²	12.412,452	15.726,013	12.403,691	40.542,156

Fonte: Elaborado a partir do Censo Demográfico (IBGE, 2000).

No âmbito de cada CONSAD as atividades agropecuárias representam o principal esteio da economia regional, com ênfase no peso das *commodities* (soja e trigo) no caso das Missões. Nos Campos de Lages figuram em destaque a pecuária de corte, milho e silvicultura através de projetos de reflorestamento destinados à produção de madeira e celulose. No caso de Pitanga a importância recai sobre as culturas do milho, soja, aveia, feijão e erva-mate, assim como em projetos agroflorestais. O escasso grau de industrialização regional, a concentração das atividades econômicas e dos fatores de produção explicam, em parte, a baixa capacidade de retenção da população, particularmente no que afeta as pequenas localidades que conformam estes três CONSADs.

Esclarecidos os objetivos e a metodologia da pesquisa, assim como os traços essenciais dos territórios investigados, analisemos os projetos efetivamente diagnosticados, suas características fundamentais e a avaliação empreendida.

3. RESULTADOS DO TRABALHO

3.1 Análise sobre os aspectos gerais dos projetos de desenvolvimento diagnosticados

Identificar projetos intermunicipais de desenvolvimento, caracterizá-los segundo seus grandes objetivos e classificá-los, com ênfase no combate à fome e à insegurança alimentar, representavam, como dissemos, as três grandes metas do TCP FAO/BRA 2905. Tratava-se, além disso, de oferecer uma carteira de projetos que oportunamente poderiam ser apoiados pelo próprio CONSAD, mediante aporte de recursos do poder público municipal, estadual, federal ou mesmo de organismos internacionais, segundo os critérios de avaliação e classificação adotados no marco metodológico dessa pesquisa.

A importância de conhecê-los em profundidade e de classificá-los, segundo a convergência em relação ao esforço de combater a fome, a desnutrição e a insegurança alimentar não pode estar desconectada da luta por indicar novos caminhos a serem trilhados no campo do desenvolvimento e da inclusão social.

Melhor ainda se o ponto de partida levasse em conta o que estivesse acontecendo na própria região como representativo do que poder-se-ia chamar de boas práticas de intervenção na realidade social. Ao fim e ao cabo, partiu-se da premissa de que são “os projetos que moldam os territórios” (KAYSER et al, 1994). Do mesmo modo, caberia aprofundar no exame de realidades que discrepavam entre si em relação à densidade do seu respectivo capital social

nos termos definidos na literatura (COLEMAN, 1990; PUTNAM, 1996), entre os CONSADs estudados e inclusive entre os próprios municípios que dele fazem parte.

Coube ao IBAM² propor um recorte espacial que definisse o número de municípios integrantes de cada CONSAD, com base no que consideram como princípio da “identidade microrregional”. Em muitos dos CONSADs resultou um desenho territorial³ que se aproxima do conceito de microrregião homogênea adotada pelo IBGE, ao passo que em outras situações pode abarcar outro arranjo que inclui localidades integrantes de até mesmo três microrregiões, como é o caso do CONSAD Missões.

Como mostra a Tab. 2, nos três CONSADs sulistas foram identificados, tal como aludimos anteriormente, 137 projetos de desenvolvimento. Destes, 36 são projetos intermunicipais de consolidados, 13 encontravam-se em fase de estruturação e 88 são projetos locais de desenvolvimento. À exceção do CONSAD Pitanga (PR), que à época do levantamento não dispunha de um plano de ação ou de um rol de projetos propostos, foram incluídas treze iniciativas no processo de avaliação do que se denominou como PIDs em fase de estruturação, seis deles no CONSAD Missões e sete no CONSAD Campos de Lages.

Em função do espaço que aqui dispomos centraremos a discussão em torno dos projetos locais e dos projetos intermunicipais de desenvolvimento por serem as experiências mais importantes para os objetivos que persegue esse artigo.

Tabela 2 - Projetos de desenvolvimento consolidados, em fase de estruturação e locais nos CONSADs de Missões (RS), Campos de Lages (SC) e Pitanga (PR).

Tipo de Projeto	Número de Projetos			
	RS	SC	PR	Total (SUL)
PIDs consolidados	11	09	16	36
PIDs em estruturação	06	07	-	13
Projetos Locais	28	11	49	88
Total	45	27	65	137

Fonte: Pesquisa de Campo (2004).

Existe, como mostra a Tab. 3, uma grande discrepância nos projetos analisados segundo o número de famílias beneficiadas nas duas modalidades aqui enfocadas. Entre os PIDs consolidados, os que apresentam o maior alcance total (25.058 famílias) estão no CONSAD de Pitanga, assim como no número médio de famílias beneficiadas por projeto (1.566,1), seguidos respectivamente pelo CONSAD Missões (7.395 famílias no total e 672,3 famílias/projeto) e Campos de Lages (3.899 famílias no total e 433,2 famílias/projeto).

Com relação aos projetos locais de desenvolvimento, é no CONSAD Pitanga onde existe um maior alcance do ponto de vista de ambos quesitos, seguido de Missões e Campos de Lages. Através dos dados da Tab. 3 é possível estimar também um número médio de famílias atendidas por projeto, correspondente a 335,0 no Paraná, 151,6 no Rio Grande do Sul e 116,4 em Santa Catarina.

Se comparados com os PIDs, parece óbvio que estas iniciativas locais atendem a um número consideravelmente pequeno de pessoas. Outrossim, *a priori* não pode ser minimizada sua relevância, posto que, como mostrou a realidade, algumas delas são extremamente meritórias em termos dos objetivos que perseguem, considerando ainda o fato de que invariavelmente funcionam a partir da contribuição e do trabalho voluntário das próprias comunidades.

² Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

³ Ver a propósito Franca (2003): CONSAD – Formação de Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local.

Tabela 3 - Descrição dos projetos de desenvolvimento segundo o número total e médio de famílias beneficiadas por projeto.

Tipo de Projeto	Número de famílias beneficiadas							
	RS		SC		PR		Total (SUL)	
	Total	Médio	Total	Médio	Total	Médio	Total	Médio
PIDs consolidados	7.395	672,3	3.899	433,2	25.058	1.566,1	36.352	1.009,7
Projetos Locais	4.246	151,6	1.281	116,4	16.417	335,0	21.944	249,4

Fonte: Pesquisa de Campo (2004).

Nesse sentido, os dados da Tab. 4 evidenciam, entre outras coisas, o baixo custo médio dos projetos locais de desenvolvimento, especialmente no caso catarinense onde ascendem, em média, a apenas R\$ 20.400,00 por projeto. No CONSAD Missões (RS) o custo médio é de R\$ 49.600,00, ao passo que no CONSAD Pitanga ele ascende a R\$ 72.800,00. No que afeta aos PIDs consolidados a situação é praticamente idêntica no caso catarinense e gaúcho, ao passo que no Paraná o custo médio estimado desta modalidade de projeto é de R\$ 669.800,00.

Tabela 4 - Custo total e médio dos projetos de desenvolvimento nos três CONSADs da Região Sul do Brasil..

Tipo de Projeto	Custo dos projetos em mil Reais (R\$)					
	RS		SC		PR	
	Total	Médio	Total	Médio	Total	Médio
PIDs consolidados	2.125,2	193,2	1.730,2	192,3	10.717,4	669,8
Projetos Locais	1.389,0	49,6	224,0	20,4	3.566,5	72,8

Fonte: Pesquisa de Campo (2004).

Os dados da Tab. 5 complementam a informação sobre o custo dos projetos analisados. Entre os projetos que apresentam o melhor desempenho, em termos médios, são os projetos locais do CONSAD Campos de Lages (SC), com um custo médio de R\$ 174,9 por família beneficiada. Seguem-lhe, em ordem crescente de valor, os projetos locais do CONSAD Pitanga (PR), com um custo médio estimado em R\$ 217,2/família beneficiada. Por outra parte, os dados relativos aos PIDs consolidados dos três territórios examinados aproximam-se bastante do ponto de vista deste critério de análise.

Tabela 5 - Custo médio dos projetos de desenvolvimento nos três CONSADs da Região Sul do Brasil por família beneficiada..

Tipo de Projeto	Custo médio dos projetos em mil Reais (R\$) por família beneficiada		
	RS	SC	PR
PIDs consolidados	287,4	443,7	427,7
Projetos Locais	327,1	174,9	217,2

Fonte: Pesquisa de Campo (2004).

Em se tratando de oferecer aos membros do CONSAD uma carteira de projetos passíveis de serem financeiramente apoiados e estendidos a outras realidades, o dado relativo ao respectivo custo por família torna-se sumamente importante como mecanismo de escolha sobre qual a iniciativa a ser fomentada num contexto de restrição orçamentária e de escassez de recursos.

3.2 Qual o melhor projeto? Contornando algumas dificuldades...

Percorrer 61 municipalidades, identificar, caracterizar e classificar projetos de desenvolvimento, segundo sua natureza e objetivos, exigiu uma energia considerável para gerir toda a diversidade de informação produzida. Entrementes, mais difícil ainda resultou o esforço por adaptar os instrumentos de avaliação quanto ao mérito e adequação das propostas às metas correspondentes ao combate à fome e à insegurança alimentar.

Resumidamente é possível dizer que a atenção estava posta em algumas questões gerais ou eixos temáticos sobre aspectos tais como:

- Qual a idéia-guia que orienta o projeto?
- Qual sua abrangência física em termos dos municípios beneficiados?
- Qual é a instituição líder?
- Qual a origem do PID?
- Do setor público, privado ou de organizações sociais? Quais as categorias sociais privilegiadas?
- Qual a natureza das ações implementadas no âmbito da segurança alimentar?

Seria impossível apresentar, no espaço que aqui dispomos, as características fundamentais dos 88 projetos locais de desenvolvimento. Outrossim, antes de entrar propriamente na discussão sobre o processo de avaliação, torna-se crucial discorrer sobre alguns dos interrogantes formulados no parágrafo anterior. Na Tab. 6 eles aparecem agrupados segundo o enfoque respectivo ou idéia-guia dominante. É mister registrar que em muitos casos ditos projetos perseguem múltiplos objetivos ou finalidades. Nesse caso, optou-se por eleger a ação prioritária para fins de enquadramento entre as categorias propostas.

Os dados mostram que é indiscutivelmente a organização de produtores, de cadeias produtivas, feiras e outras ações voltadas à comercialização de produtos agropecuários a opção preponderante, ou o que aqui denominamos como “idéia-guia dominante”, concentrando nada menos que 42,0% dos projetos locais de desenvolvimento.

Seguem-lhe, em ordem de importância, as ações em prol da geração de renda (17,0%), construção de hortas, hortos medicinais e agroindústrias comunitárias (13,6%) e ações sócio-educativas (11,4%).

Tabela 6 - Distribuição dos projetos locais de desenvolvimento segundo a idéia-guia dominante.

Idéia-guia dominante	Número de projetos locais de desenvolvimento				
	RS	SC	PR	Total	%
Crédito Rotativo, Microfinanças, Microcrédito	01	01	01	03	3,4
Hortas, hortos medicinais e agroindústrias comunitárias	05	01	06	12	13,6
Geração de Renda (artesanato, turismo, etc.)	05	03	07	15	17,0
Ações assistenciais (dirigidas a jovens, mulheres, idosos)	02	01	05	08	9,1
Organiz. de produtores, cadeias, feiras e comercialização	10	04	23	37	42,0
Ações sócio-educativas	05	-	05	10	11,4
Apoio a grupos étnicos (indígenas, quilombolas)	-	-	01	01	1,2
Outra orientação	-	01	01	02	2,3
Total	28	11	49	88	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2004).

A informação reunida na Tab. 6 é complementada com os dados apresentados na Tab. 7, a qual indica o ator social, grupo ou categoria sócio-política objeto destas ações de desenvolvimento local.

Aparece indiscutivelmente destacado o grupo que inclui agricultores familiares, pescadores e assentados de reforma agrária, concentrando nada menos que 48,9% dos projetos locais de desenvolvimento na condição de protagonistas destas ações, seguidos das famílias em situação de pobreza e/ou insegurança alimentar (22,7%). A última linha da Tab. 7 reúne situações onde não está claramente definido qual o público-alvo do projeto local; muitas delas referem-se a categorias sociais muito distintas entre si ou até mesmo discrepantes em termos de suas características essenciais⁴.

Tabela 7 - Distribuição dos projetos locais de desenvolvimento segundo o ator social, grupo ou categoria sócio-política objeto das ações desenvolvimento local.

Ator social ou categoria sócio-política	Número de projetos locais de desenvolvimento				
	RS	SC	PR	Total	%
Agricultor familiar, pescador, assentado de reforma agrária	15	04	24	43	48,9
Famílias em situação de pobreza ou insegurança alimentar	03	03	14	20	22,7
Mulheres rurais	03	-	14	03	3,4
Estudantes, crianças e/ou adolescentes	03	-	-	09	10,2
Outros e/ou indefinido	01	04	08	13	14,8
Total	28	11	49	88	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2004).

O processo de avaliação proposto identificou os melhores projetos classificados dentre os 88 analisados no âmbito dos três CONSADs do Brasil meridional. Apenas dez (11,4%) deles alcançaram uma pontuação considerada alta, incluindo-se nesta condição as iniciativas que atingiram 25 ou mais pontos dentre os 30 possíveis no contexto de projetos locais de desenvolvimento. Muitas ações, quando incidem sobre os objetivos de segurança alimentar e inclusão social, são alvo de uma cultura política, ainda arraigada no país, no qual ao ingressar uma nova administração, projetos e iniciativas são literalmente abandonadas.

Em outros casos o projeto não se sustenta financeiramente ou apresenta um viés estritamente assistencialista em sua dinâmica de funcionamento. Ainda assim, é fundamental registrar a importância de algumas iniciativas que devem ser levadas em conta no contexto da formulação de novos mecanismos em relação ao tema da segurança alimentar e nutricional. Examinemos agora os PIDs propriamente ditos.

3.3 Os projetos intermunicipais de desenvolvimento: construindo a segurança alimentar?

Os 36 projetos intermunicipais de desenvolvimento identificados nos três CONSADs da Região Sul do Brasil foram classificados conforme a idéia-guia dominante, tal como mostram os dados da Tab. 8. Alguns aspectos podem ser, de imediato, identificados.

Em primeiro lugar, vemos que não há uma única ação que contemple grupos étnicos específicos (indígenas e/ou quilombolas). Para ilustrar essa questão basta dizer que na região

⁴ Referimo-nos, para efeitos de ilustração, alguns projetos que visam genericamente beneficiar agricultores vinculados a alguma cadeia produtiva, sejam eles agricultores familiares ou patronais.

missioneira gaúcha há inúmeros aldeamentos indígenas, onde o principal apelo turístico que se busca potencializar recai justamente nas ruínas das reduções jesuíticas.

Outrossim, os traços histórico-culturais que conformam a própria identidade gaúcha são fortemente tributários da contribuição da cultura guaraníca. Paradoxalmente, na prospecção realizada no marco dessa pesquisa, não foram detectados projetos de desenvolvimento que conectem os aldeamentos dentro de uma lógica emancipatória, de maneira a fugir da armadilha do assistencialismo vulgar.

Do mesmo modo, é marcante a hegemonia de projetos ancorados na questão da organização de produtores, apoio a cadeias agroindustriais, feiras e outras iniciativas de fortalecimento ao processo de comercialização. Esta classe de iniciativas concentra quase 42% dos projetos intermunicipais de desenvolvimento no contexto dos CONSADs sulistas. Seguem-lhe, em ordem de importância (13,9%), os projetos que têm por foco as ações assistenciais dirigidas a grupos específicos (jovens, mulheres, idosos).

Tabela 8 - Distribuição dos projetos intermunicipais de desenvolvimento segundo a idéia-guia dominante.

Idéia-guia dominante	Número de projetos locais de desenvolvimento				
	RS	SC	PR	Total	%
Crédito Rotativo, Microfinanças, Microcrédito	-	02	01	03	8,3
Hortas, hortos medicinais e agroindústrias comunitárias	03	-	-	03	8,3
Geração de Renda (artesanato, turismo, etc.)	-	02	01	03	8,3
Ações assistenciais (dirigidas a jovens, mulheres, idosos)	-	03	02	05	13,9
Organiz. de produtores, cadeias, feiras e comercialização	06	02	07	15	41,7
Ações sócio-educativas	-	-	02	02	5,5
Recuperação ou preservação ambiental	01	-	01	02	5,5
Outra orientação	01	-	02	03	8,3
Total	11	09	16	36	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2004).

Por outro lado, os dados da Tab. 9 dão conta do absoluto domínio da agricultura familiar enquanto ator social privilegiado, concentrando quase 53% dos projetos intermunicipais de desenvolvimento nos CONSADs do Brasil meridional. Em segundo lugar, estão os projetos que elegeram como público-alvo preferencial das ações as famílias em situação de pobreza e/ou insegurança alimentar.

Tabela 9 - Distribuição dos projetos intermunicipais de desenvolvimento segundo o ator social, grupo ou categoria sócio-política objeto das ações desenvolvimento local.

Ator social ou categoria sócio-política	Número de projetos intermunicipais de desenvolvimento				
	RS	SC	PR	Total	%
Agricultor familiar, pescador, assentado de reforma agrária	06	03	10	19	52,8
Famílias em situação de pobreza ou insegurança alimentar	03	05	01	09	25,0
Mulheres rurais	01	-	-	01	2,8
Estudantes, crianças e/ou adolescentes	-	-	01	01	2,8
Outros e/ou indefinido	01	01	04	06	16,7
Total	11	09	16	36	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2004).

Através dos dados da Tab. 10 é possível visualizar a avaliação geral dos projetos intermunicipais de desenvolvimento nos três CONSADs estudados na região sul do Brasil. A Coluna A corresponde aos projetos pior avaliados, havendo recebido até 20 pontos dentre os 35 possíveis. Na coluna B estão os que receberam uma avaliação intermediária (entre 21 e 25 pontos), ao passo que na Coluna C estão os projetos que conquistaram acima de 25 pontos. Os dados indicam que dos 36 projetos intermunicipais identificados e analisados, 15 deles (42%) receberam uma avaliação bastante satisfatória, ao passo que 13 (36%) ficaram no grupo intermediário, enquanto oito (22%) alcançaram até 20 pontos dos 35 possíveis. É importante mencionar que a nota atribuída reflete os atributos do projeto por ocasião do levantamento de informações e realização das entrevistas, cujos dados e documentos fornecidos serviram para subsidiar o processo de avaliação. Logo após encerrar-se esta etapa tomamos conhecimento de que algumas destas iniciativas foram reformuladas, como algumas situações em que novos municípios passaram a integrar um determinado projeto intermunicipal, visando fortalecer seu alcance e abrangência.

Tabela 10 - Distribuição dos projetos intermunicipais de desenvolvimento nos três CONSADs sulistas segundo a avaliação recebida.

CONSAD	Avaliação recebida		
	A	B	C
Missões (RS)	2	4	5
Campos de Lages (SC)	0	7	2
Pitanga (PR)	6	2	8
Total	8	13	15

Fonte: Pesquisa de Campo (2004).

Nota: “A” projetos que receberam até 20 pontos na avaliação; “B” projetos que receberam entre 21 e 25 pontos na avaliação; “C” projetos que receberam mais de 25 pontos na avaliação.

Em alguns casos tais mudanças foram influenciadas pela própria realização dessa pesquisa, na medida em que seus gestores perceberam a necessidade de fortalecer pactos territoriais e alianças estratégicas em torno de objetivos comuns e convergência de interesses. Outro aspecto digno de nota aconteceu quando alguns gestores, especialmente ligados ao poder público municipal, reconheceram a impostergável tarefa de integrar movimentos sociais e organizações civis no arranjo institucional do respectivo projeto.

Conscientes de que o excesso de protagonismo da prefeitura e de organizações estatais pudesse resultar num aspecto negativo na avaliação de um determinado projeto, alguns dos responsáveis mostraram-se menos refratários à inclusão de novos atores sociais e de estabelecer um novo concerto das forças vivas e do pacto político construído em torno à idéia-guia.

Entrementes, há também situações em que esta flexibilização cumpre apenas aspectos protocolares, incorporando representações⁵ institucionais cujo ingresso visa tão somente conferir traços de legitimidade a um processo cuja dinâmica é absolutamente conservadora do

⁵ Esse é outro tema que merece uma abordagem mais aprofundada enquanto objeto da reflexão acadêmica. Na recente proliferação de conselhos e consórcios em todo território nacional foi possível identificar a confusão reinante do ponto de vista dos princípios democráticos que orientam a dinâmica das relações entre os atores sociais envolvidos nestes mesmos processos. Indivíduos que participam destes conselhos falam, muitas das vezes, em nome próprio e não, como se deveria esperar, em nome da instituição que representam. Como resultado, inúmeros são os casos em que este distanciamento é tão grande que compromete a articulação em torno dos próprios objetivos pelos quais ditos conselhos foram concebidos.

ponto de vista da tomada de decisões, da definição das prioridades e da forma de implementar as ações.

4. OS CONSADs FRENTE AOS DESAFIOS DE CONSTRUÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR

É sabido que os CONSADs formam parte de uma nova estratégia no processo de intervenção estatal com vistas a estabelecer, entre outros aspectos, uma nova institucionalidade voltada a erradicar a fome e a insegurança alimentar, fortalecendo o desenvolvimento local e a inclusão social. Busca-se assim fomentar o capital social e as sinergias do próprio território.

Contudo, muitos são os obstáculos a serem transpostos nessa caminhada. Alguns deles decorrem da própria dinâmica requerida para operar as mudanças do ponto de vista da articulação com outras políticas públicas, do concerto das forças políticas, das desigualdades regionais, das restrições orçamentárias, etc.

Impossível seria reproduzir estes desafios no espaço que aqui dispomos, não obstante ser esta uma tarefa não menos meritória e oportuna enquanto exercício de reflexão com vistas ao aperfeiçoamento da atuação estatal. O objetivo a que nos propomos no espaço que segue é o de resumidamente elencar e discutir algumas destas questões à luz da experiência recente do TCP FAO/BRA/2905 no âmbito dos recém-instalados CONSADs do Sul do Brasil.

Não temos a mínima pretensão de esgotar o assunto, nem mesmo realizar um balanço sobre os avanços e retrocessos a eles associados, desde que ocorreu sua efetiva implantação. Parte-se aqui da premissa de que é fundamental refletir sobre os limites e possibilidades dos CONSADs com base, não em meras discussões acadêmico-filosóficas, mas a partir do que se nos apresenta a realidade concreta.

A caminhada pelos rincões da geografia do Brasil meridional trouxe consigo elementos que buscamos tirar do limbo como um dos objetivos desse artigo, que, em essência, postula iluminar o debate. Para tanto, lançamos mão do recurso ao exame de algumas das contradições mais relevantes constatadas ao longo dessa pesquisa. Algumas delas aludem a problemas de concepção ou de desenho institucional. Outras, destarte, tocam em aspectos pragmáticos e pontuais.

4.1 O recorte territorial do CONSAD: consolidando a identidade regional?

No marco conceitual que orientou a criação dos primeiros CONSADs aparecem associadas duas noções fundamentais: uma delas é a idéia de consórcio, a outra, de desenvolvimento local. O consórcio, segundo definem alguns juristas, seria um modelo de organização política dominante no futuro, significando um “... *acordo de vontades entre duas ou mais pessoas jurídicas públicas da mesma natureza e mesmo nível de governo ou entre entidades da administração indireta para a consecução de objetivos comuns*” (MOREIRA NETO, 2001, p.288).

Mas ainda que exista um arcabouço jurídico-institucional que dispõe sobre a criação e o funcionamento desta entidade, não resta dúvida de que sua dinâmica de atuação traduz algumas dificuldades. A primeira delas reside no fato de não possuir personalidade jurídica do ponto de vista do direito administrativo, requerendo, para atingir as metas de seus consorciados, a criação de uma outra entidade civil ou comercial.

Porém, não são poucos os problemas associados a esta idéia. Em primeiro lugar, está a questão da representação e do poder político das chamadas “forças vivas” da sociedade *vis a vis* com as distintas esferas estatais (união, estado e município). Em segundo lugar, há que pensar nos limites impostos pela própria forma de organização. Em que município ficará a sede do CONSAD, perguntavam-se prefeitos e grupos sociais organizados?

Se com vistas à obtenção de recursos o processo requer assinatura de convênios com as prefeituras municipais, para que serve, enfim, o CONSAD? Se juridicamente ele se assenta na idéia de um “acordo de programa” como forma de concretização de parcerias, em que circunstâncias ele deixaria de existir, se, por ventura, as metas não forem cumpridas?

Outra questão que nos parece absolutamente pertinente a respeito dos CONSADs prende-se ao tema do recorte territorial em termos dos municípios que dele fazem parte. Em alguns casos pudemos constatar que seu desenho identifica-se razoavelmente com o conceito de microrregiões homogêneas adotado pelo IBGE. Em outros casos, tal como ocorre no CONSAD Missões, pode abarcar localidades integrantes de até três microrregiões diferentes.

Como informa Franca (2003, p.21), o “*critério básico que norteará o desenho territorial de um CONSAD é o da identidade microrregional*”, cujo número de municípios esteja situado entre 5 a 15 localidades. Ainda que essa diretriz, segundo a mesma fonte, deva ser aplicada de forma flexível, não resta dúvida de que surgem problemas na medida que em muitos casos outros elementos foram levados em conta na opção por um determinado recorte territorial.

Algumas associações regionais ou de municípios vizinhos, criadas para cumprir objetivos distintos, converteram-se - da noite para o dia - em CONSADs, sem que ao menos fosse discutido se este desenho objetivamente atende aos novos compromissos de aplacar a fome e a insegurança alimentar. O resultado pode ser visto quando examinamos situações diametralmente opostas do ponto de vista dos municípios que dele fazem parte em termos dos indicadores de pobreza, indigência, acesso a serviços sociais básicos, etc. Como é possível construir um pacto territorial e um discurso unificado no plano do próprio CONSAD quando a realidade mostra-se tão contraditória em termos estruturais?

Em termos pragmáticos indagamos: é possível o CONSAD estabelecer prioridades do ponto de vista dos projetos a serem apoiados quando os municípios que o compõem são tão diferentes entre si? No caso gaúcho esse problema foi constatado no desenho do CONSAD Missões que abriga em seu interior municípios com um alto IDH e outros que figuram entre as localidades pior classificadas do ponto de vista da renda, alfabetização e condições sociais. Sobre a questão do desenvolvimento local há uma outra ambigüidade básica a ser superada no marco conceitual do CONSAD. Ela surge na medida em que, de um lado, há a intransigente defesa das virtudes da articulação microrregional enquanto forma de viabilizar alianças, de estabelecer ações sinérgicas e de avançar rumo à construção de pactos territoriais entre atores sociais (públicos e privados) de municípios contíguos e/ou vizinhos.

Por outra parte, parte-se do princípio de existência de uma “*imbricação natural dos CONSAD (sic) com os pressupostos do Desenvolvimento Local*” (FRANCA, 2003, p11). Ainda que local e região possam ser entendidas como estágios de uma mesma escala territorial, não resta dúvida de que a ambigüidade permanece evidenciada.

De um modo mais objetivo, poder-se-ia indagar: qual o tamanho do local num processo de desenvolvimento que, em tese, aspira incidir sobre uma microrregião? Qual é verdadeiramente a unidade de análise e referência do CONSAD e o papel correspondente ao local na consolidação de políticas de segurança alimentar em nível regional?

O CONSAD pode e deve desempenhar um papel transcendental no combate à fome e à insegurança alimentar, do mesmo modo que vem sendo utilizado como recurso para viabilizar ações em outras áreas, tais como recuperação e proteção ambiental, recursos hídricos e saneamento, resíduos sólidos, cultura, saúde, produção agropecuária, abastecimento, obras públicas, etc.

Mas para isso é crucial refletir, segundo nosso entendimento, sobre tais questões, antes de converter o tema numa panacéia capaz de solucionar todos os problemas e dificuldades interpostas na caminhada em prol da construção da segurança alimentar. A construção do CONSAD não pode ser vista como apanágio das mudanças que se quer estabelecer,

desconsiderando a imperiosa necessidade de empreender transformações estruturais que cada contexto está a exigir.

4.2 A síndrome “chapa branca”

A chamada constituição cidadã consagrou, desde 1988, inúmeras mudanças no ordenamento político e institucional do Brasil. Entre elas figura a transferência de competências do Estado, corroborando, em última análise, o princípio da municipalização das políticas públicas no campo da saúde, educação segurança pública, etc. Desde então proliferam no país conselhos municipais encarregados de deliberar sobre inúmeras questões, que vão da alocação de recursos aos critérios definidores do público alvo de políticas públicas.

Se por um lado, houve um efetivo “empoderamento” da sociedade civil na condução dos processos sócio-políticos, incontáveis são os exemplos do que se convencionou chamar de “*prefeiturização*” enquanto tendência ao protagonismo excessivo dos poderes públicos.

Ainda que reconheçamos as dificuldades de implementação dos CONSADs e os problemas associados à sua peculiar dinâmica de funcionamento, há que reconhecer que esse “*acordo de vontades entre duas ou mais pessoas jurídicas públicas da mesma natureza (...) ou entre entidades da administração indireta*” (MOREIRA NETO, 2001, p.288) pode traduzir-se na incorporação de elementos novos e benéficos para o cotidiano das comunidades.

Isso ocorreria desde que houvesse elementos que conferissem legitimidade em sua composição e objetivos, bem como a existência de mecanismos efetivos de controle social e de participação democrática do ponto de vista dos atores sociais envolvidos.

O que aqui provocativamente denominamos “síndrome chapa branca” nos foi sugerida no discurso⁶ de um dos entrevistados, vinculado a um movimento social, que criticava a posição hegemônica dos prefeitos na condução do processo de implantação de um dos CONSADs estudados. Ainda que dito empenho seja meritório, no afã de que estes vejam aprovados seus projetos, muitas lideranças influenciam a escolha dos representantes locais na estrutura do CONSAD, condicionando esta eleição segundo seus próprios interesses, desvirtuando, em última análise, o princípio do equilíbrio das forças políticas.

No marco metodológico do TCP FAO/BRA/2905 estabelecemos, como aludido anteriormente, sete critérios de avaliação dos projetos intermunicipais de desenvolvimento. Três deles (pacto político, viabilidade institucional e sustentabilidade financeira) têm a ver diretamente com o problema aqui levantado. Alguns de nossos interlocutores conscientizaram-se da necessidade de corrigir suas próprias posturas.

Indiscutivelmente, as assembleias de devolução da pesquisa serviram para colocar a questão em tela. Bons projetos foram assim considerados, entre outros fatores, por haver um concerto de forças políticas mais equilibrado, estabelecendo alianças em torno a programas factíveis e consistentes, onde os papéis estão distribuídos de modo satisfatório.

No nosso entendimento, apesar das incontáveis limitações, a experiência do TCP FAO/BRA/2905 significou, indubitavelmente, um marco referencial para a elaboração de projetos relacionados ou não com o tema da segurança alimentar, tanto para os poderes públicos quanto para organizações civis.

⁶ O elevado número de carros oficiais no local das assembleias coincide com a inexistência de meios que assegurem os meios para o deslocamento e participação de representantes de movimentos sociais e organizações da sociedade civil. A estas pessoas restam duas alternativas para fazerem-se presentes nas reuniões do CONSAD: vencer o sindicato ou o órgão a que se encontra vinculado a arcar com as despesas ou, literalmente, “pegar uma carona” no carro da prefeitura, com todos os constrangimentos que esse ato possa traduzir. Há uma orientação geral de que as prefeituras municipais contribuam com 0,5% do Fundo de Participação dos municípios para manter a estrutura e os gastos do CONSAD. Todavia, até o presente momento, desconhecemos situações em que esta medida foi concretamente posta em prática.

4.3 Desenvolvimento rural ou agrícola? O viés agrário das propostas...

É nítida e indiscutível a presença de traços rurais nos municípios que integram os CONSADs recém-instalados no país e, fundamentalmente, na Região Sul do Brasil, entendida aqui esta tendência do ponto de vista do predomínio de uma baixa densidade demográfica. Valendo-se desse mesmo critério, 80% do espaço europeu é considerado “rural”, tal como conclui um importante documento produzido no começo dos anos 1990 pela então CEE.⁷

Por que nos parece tão importante fazer esse tipo de ponderação? A questão é que estamos convencidos, do mesmo modo que outros autores, de que desenvolvimento agrícola não implica necessariamente desenvolvimento rural. A bem da verdade ambos conceitos podem inclusive supor caminhos opostos. Esta antinomia aparece claramente evidenciada quando refletimos sobre a trajetória brasileira e latino-americana recente.

No padrão “revolução verde”, que se consolidou a partir da segunda metade dos anos 1960, a rápida incorporação de insumos modernos levou, entre outras coisas, ao aprofundamento do processo de esvaziamento do campo, à desaparecimento de muitas unidades familiares de produção, bem como a outros fenômenos igualmente importantes⁸. Não é necessário insistir muito para ilustrar quão oposto podem ser os caminhos que conduz, de um lado, à ampliação das oportunidades e condições de vida de um setor da população nacional, e, de outro, à desenfreada carreira por aumentar a produção e a produtividade das lavouras e criações.

Essa pequena digressão faz-se necessária para refletir sobre alguns elementos em relação aos quais nos interessa refletir. Os dados que anteriormente mostramos dão conta de que 42% dos projetos locais investigados têm como idéia-guia dominante a organização de agricultores, apoio a cadeias produtivas e aos processos de comercialização. Do mesmo modo 48,9% deles concebem o agricultor familiar como categoria sócio-política privilegiada nas ações previstas. O perfil dos projetos intermunicipais de desenvolvimento não difere desse quadro, tendo em vista que em 41,7% dos projetos a idéia guia dominante é o apoio às cadeias produtivas e a processos de comercialização, ao passo que em quase 53% dos casos é o agricultor familiar o ator social privilegiado das propostas.

Não se trata aqui de considerar a ênfase agrarista dos projetos como algo necessariamente negativo. O problema está em desconhecer a imperiosa necessidade de articulação entre o fortalecimento de uma atividade produtiva com a geração de oportunidades, de trabalho e renda, sejam elas de natureza agrária ou não-agrária, do mesmo modo que um bom programa de segurança alimentar não pode ser assim considerado se limitado à mera distribuição de gêneros alimentícios.

No afã de ilustrar essa questão evocamos a experiência da Prefeitura de Giruá (RS) com seu projeto de merenda escolar ecológica. Examinemos os aspectos que podem reavivar esse debate.

Não é de hoje que se detectam inúmeros problemas associados à questão da merenda escolar. A questão recai, entre outros aspectos, na própria qualidade nutricional dos artigos consumidos na escola, no custo da distribuição dos produtos e, paradoxalmente, por incutir hábitos alimentares absolutamente discutíveis sob a ótica da saúde e nutrição. Muitos pais e familiares estavam conscientes da necessidade de enfrentar esse problema. Mas a questão não diz respeito apenas aos apelos publicitários que incitam ao consumo de refrigerantes, salgadinhos e guloseimas, mas no fato de que ditos artigos estão comumente postos à disposição das crianças nos bares e cantinas escolares.

Por outro lado, havia o reconhecimento, por parte das autoridades locais, de que um dos problemas centrais que enfrentam os agricultores familiares é justamente assegurar um

⁷ Referimo-nos aqui a “O Futuro do Mundo Rural”, elaborado pela Comissão Européia. Sobre essa questão ver a propósito Sacco dos Anjos e Caldas (2004).

⁸ Referimo-nos ao tema da masculinização e envelhecimento da população rural aludido anteriormente.

mercado consumidor para produtos perecíveis, como no caso dos hortigranjeiros, assim como para os artigos da chamada "indústria doméstica rural" (pães, bolachas, geléias, sucos), tendo em vista a inexistência de espaços e estruturas compatíveis com suas necessidades.

A Prefeitura iniciou este processo inspirada na experiência de Pelotas, RS, onde esse sistema já se encontrava consolidado há alguns anos. Além do treinamento das merendeiras e das reuniões com os pais, a equipe de trabalho, integrada por uma nutricionista, montou um plano que apontava para a necessidade de trabalhar a reeducação alimentar. Inúmeros obstáculos surgiram na implementação do projeto. Figuram em destaque os embaraços burocráticos para operar as compras da agricultura familiar, o convencimento dos produtores na oferta de artigos padronizados e de qualidade, a organização dos grupos e a logística do fornecimento às escolas e, de maneira ainda mais destacada, a sensibilização das merendeiras da escola em relação ao papel que a elas cabia na condução desta idéia e do processo posto em marcha pela prefeitura.

Paralelamente, a prefeitura buscou inculcar, entre as professoras e diretores de escola, a necessidade de que este tema fosse trabalhado em sala de aula como matéria curricular. Todas as seis escolas municipais foram integradas ao projeto. Por ocasião da realização da pesquisa nada menos que 20% dos alimentos consumidos na escola eram ecologicamente produzidos por agricultores familiares e assentados em projetos de reforma agrária do próprio município de Giruá.

Ainda que limitada, esta experiência pode e deve ser replicada em outras latitudes, cujo perfil é meritório justamente fugir do esquema clássico e rígido de fomento a uma determinada cultura ou atividade. O que está em jogo é uma concepção que alia em torno de si objetivos inegavelmente impactantes sob a perspectiva do desenvolvimento regional e humano. De novo insistimos no fato de que não se trata de desconsiderar a importância e o potencial da agricultura enquanto instrumento de redução das desigualdades no contexto de regiões tipicamente rurais. O desafio está em conectar esses objetivos com outras questões de importância transcendental e de objetivamente encher de significado o conceito de segurança alimentar. Uma conexão que integre produção e consumo, educação e cidadania, inclusão e solidariedade.

4.4 Pobres não são necessariamente famintos...

A cruzada em torno ao combate à insegurança alimentar esbarra também em outros equívocos interpretativos. Um deles parece ser o de confundir *pobres* com *famintos*. Esse erro decorre não apenas das ilações surgidas do exame de dados estatísticos, tais como os índices de pobreza e indigência que podem ser úteis, essencialmente, para auxiliar na identificação de regiões prioritárias para intervir na realidade e aplacar desigualdades. Em verdade, essa tendência é constatada, não apenas no debate acadêmico, mas fundamentalmente no discurso e na prática dos gestores públicos e de organizações não-governamentais.

Para chegar aos dados que fundamentam tais conceitos o IBGE leva em conta a renda domiciliar e pessoal. Porém, sob a ótica dos domicílios rurais, o grande problema é justamente subestimar a produção de autoconsumo e as estratégias de auto-provisão de que lançam mão as famílias para viabilizar um nível de consumo socialmente aceitável. Nesta dimensão, a título de referência, podemos mencionar o escambo que praticam remanescentes de quilombos, a troca de dias entre vizinhos, os mutirões, entre outros mecanismos que não são levados em conta nas análises usuais que priorizam fluxos monetários e receitas.

Não se trata apenas de uma simples provocação ao debate acadêmico, mas de reconhecer o valor intrínseco destas práticas que devem ser levadas em conta na formulação e no desenho das políticas públicas. Um bom programa de segurança alimentar poderia justamente ser feito a partir do resgate sobre a importância destas práticas onde houvessem sido esquecidas ou negligenciadas. Poder-se-ia aumentar a disponibilidade proteica na dieta de uma família via

distribuição de ovos e cestas básicas. Do mesmo modo chegaríamos aos mesmos resultados comprometendo seus membros em cuidar de poedeiras doadas e de construir uma horta atrás da casa em que as pessoas vivem.

A questão não é somente minimizar a dependência de fontes externas de renda, mas de combater a cultura política do assistencialismo. Nesse sentido parece óbvio o fato de que pobres não são necessariamente famintos.

4.5 Aproximando discursos e ações ou batendo cabeças?

Há um outro aspecto que nos parece igualmente relevante pensar, à luz das impressões colhidas no trabalho desenvolvido junto aos CONSADs da Região Sul do Brasil. Ele tem a ver, de um lado, com a atuação dos atores sociais diretamente implicados na implantação dos CONSADs e, de outro, com as agências do Estado que direta ou indiretamente envolveram-se com oferecer alternativas de combate à fome, insegurança alimentar e desenvolvimento local. No primeiro caso, a pesquisa realizada trouxe à tona situações em que há um nítido processo de esgotamento nas propostas na medida em que muitas ações poderiam ser articuladas entre os próprios municípios, aumentando sua eficiência do ponto de vista dos resultados e da incidência no espaço regional. A transferência direta de renda tem de estar articulada com outros instrumentos locais de intervenção e não da forma compartimentada como em boa medida vem acontecendo. Do mesmo modo, há que aprofundar os mecanismos de controle social. No intuito de apressar a implantação do bolsa-família houve, como é sabido, a desativação dos comitês gestores do Fome Zero, trazendo graves prejuízos à credibilidade deste programa. No segundo caso, nossa atenção está orientada à imperiosa tarefa de aglutinar forças, evitando sobreposições em suas respectivas estratégias de atuação. Ainda que preliminares, alguns passos já estão sendo dados na aproximação que fazem os ministérios do Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Agrário. Ainda assim, há muito que fazer no estabelecimento de uma agenda mínima de trabalho, a qual, forçosamente, deveria incluir outras pastas do executivo federal. O CONSAD necessariamente representa um importante espaço de interlocução entre os atores sociais envolvidos, podendo assumir um nível de protagonismo ainda maior em prol da consolidação de metas afins.

Não apenas agricultores familiares consolidados, mas principalmente assentados da reforma agrária deveriam estar inseridos no centro do debate sobre a formulação de políticas de segurança alimentar regional. É nesse sentido que medidas estruturais devem estar integradas com iniciativas de curto e médio prazo. Compor essa agenda mínima é absolutamente crucial para ampliar o foco de atuação das políticas, sem prejuízo das competências do aparato estatal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seria absolutamente prematuro realizar qualquer balanço a respeito dos resultados alcançados após a recente implantação dos primeiros três CONSADs nos Estados do Sul do Brasil. Não foi essa a tarefa desenvolvida pela equipe de pesquisadores da Universidade Federal de Pelotas. A missão que nos coube desenvolver foi, como mencionamos anteriormente, criar uma metodologia de avaliação de projetos de desenvolvimento, em parceria com outras equipes lideradas pelas Universidades Federais de Lavras e Uberlândia. Simultaneamente, como dissemos, havia que identificar, caracterizar e classificar estas experiências de acordo com os objetivos do Programa Fome Zero no âmbito dos CONSADs de Missões, Campos de Lages e Pitanga.

O texto aqui apresentado representa a culminação de um trabalho realizado durante os meses de janeiro a agosto de 2004 e que trouxe, como resultado imediato, um amplo diagnóstico e avaliação sobre um total de 137 projetos de desenvolvimento, sendo que 88 deles representam iniciativas locais, ao passo que 36 formam parte do que se denomina projetos intermunicipais

de desenvolvimento consolidados. Os treze restantes foram enquadrados como PIDs em fase de estruturação.

De um modo absolutamente pragmático, o trabalho executado identificou alguns entraves e gargalos tanto no processo de implantação dos CONSADs quanto na dinâmica que acompanha as ações empreendidas. Nos parágrafos precedentes deixamos registradas algumas das medidas que podem ser tomadas para avançar e tornar ainda mais efetivo o papel dos CONSADs enquanto espaço sócio-político privilegiado para discutir e implementar ações efetivas de combate à fome e à insegurança alimentar. Não há a mínima pretensão de esgotar o tema ou de oferecer soluções mágicas frente ao problema da fome, que, como é sabido, trata-se de uma das grandes mazelas nacionais.

Na verdadeira cruzada por reduzir as desigualdades nacionais, e resgatar a enorme dívida social, não cabem atalhos. Os olhos do planeta estão postos sobre o Brasil que, ao eleger a meta de aplacar esse drama, impõe uma mudança de rumos na consciência mundial, influenciando muitos países e organizações mundiais no sentido de estabelecer programas inspirados nos mesmos objetivos. Possivelmente o melhor tributo que se possa prestar à memória de Josué de Castro, e de outros brasileiros da estatura do *Betinho*, seja justamente oferecer todas nossas energias em prol do maior dos desafios com os quais nossa nação indefectivelmente haverá de enfrentar-se, qual seja, produzir o verdadeiro despertar das consciências para transformar social e politicamente um país de dimensões continentais

6. BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, Brasil, 2000.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987. 7ª ed.

CAMARANO, A. e ABRAMOVAY, R. Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos últimos cinquenta anos. In: XXI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, **Anais...** 1997, 20 p. (mimeo)

COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. Cambridge, London: The Belknap Press of Harvard University Press, 1990.

COMISIÓN EUROPEA. **El futuro del mundo rural**. Madri: MAPA, 1992. 149 p. (Documento 7957/88). Comunicación de la Comisión al Consejo y al Parlamento.

FRANCA, L. P. **CONSAD - Formação de Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local**, Rio de Janeiro: IBAM/DES/NEL, 2003. 164 p.

KAYSER, B.; BRUN, A.; CAVAILLÈS, J.; LACOMBE, P. **Pour une ruralité choisie**. Paris: Datar Éditions de l'Aube, 1994.

MOREIRA NETO, D. **Mutações do Direito Administrativo**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

PUTNAM, R. D **Comunidade e democracia: A experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003, 374p.

SACCO DOS ANJOS, F. e CALDAS, N.V. Pluriatividade e Ruralidade: Falsas Premissas e Falsos Dilemas, In: CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (eds) **O Novo Rural Brasileiro: Novas ruralidades e urbanização**, v. 7, Brasília: Embrapa, 2004, p.71-105. 216p.

SACCO DOS ANJOS, F. e CALDAS, N.V. Cambios demográficos en el Brasil meridional: la masculinización, el envejecimiento y la desagrarización de la población rural, In:



Perspectivas Sociais/Social Perspectives, v. 5, nº 2, México: Universidad Autónoma de Nuevo León, p. 71-111.